

O EDUCADOR SOCIAL: ENTRE AS TERRITORIALIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FORTALECIMENTO DAS HORIZONTALIDADES NOS TERRITÓRIOS RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Romulo Dias dos Santos Rocha¹
José Eloizio da Costa²

RESUMO

O artigo aborda a atuação do Educador Social nos territórios rurais atendidos pela Política de Assistência Social de Vitória da Conquista-BA e analisa seu papel no fortalecimento de horizontalidades, no enfrentamento das desigualdades sociais e na construção de territorialidades. O objetivo é compreender como suas práticas contribuem para o fortalecimento das horizontalidades no espaço banal. A pesquisa adota metodologia qualitativa e quantitativa: aplicação de questionários e entrevistas a usuários e servidores da Assistência Social, além de pesquisa bibliográfica fundamentada na teoria do Território Usado de Milton Santos. Os resultados defendem que o Educador Social, atua como mediador e articulador de saberes e pode promover pertencimento, emancipação e resistências locais, sendo peça-chave para integrar políticas públicas ao cotidiano das comunidades periféricas e rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Território Usado; Horizontalidades; Educador Social; Assistência Social.

THE SOCIAL EDUCATOR: BETWEEN THE TERRITORIALITIES OF SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND THE STRENGTHENING OF HORIZONTALITIES IN THE RURAL TERRITORIES OF VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

ABSTRACT

The article addresses the role of the Social Educator in rural territories served by the Social Assistance Policy of Vitória da Conquista-BA and analyzes their contribution to strengthening horizontalities, confronting social inequalities, and constructing territorialities. The objective is to understand how their practices contribute to reinforcing horizontalities within ordinary space. The research adopts both qualitative and quantitative methodologies: the application of questionnaires and interviews with users and social assistance workers, as well as bibliographic research grounded in Milton Santos' theory of the Used Territory. The findings argue that the Social Educator acts as a mediator and articulator of knowledge, capable of fostering belonging, emancipation, and local resistance, thus playing a key role in integrating public policies into the everyday life of peripheral and rural communities.

KEYWORDS: Used Territory; Horizontalities; Social Educator; Social Assistance.

¹ Doutorando em Geografia Pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Geografia pela UESB. Membro do grupo de pesquisa: LEPET- Sociedade Natureza: Produção do espaço em Cidades Pequenas e Médias. E-mail:romaoherdeiro@gmail.com

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Pós-doutor pela Universidade Federal do Ceará e Universidade de Lisboa, Portugal. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eloiziocosta@academico.ufs.br

L'ÉDUCATEUR SOCIAL: ENTRE LES TERRITORIALITÉS DE LA POLITIQUE
D'ASSISTANCE SOCIALE ET LE RENFORCEMENT DES HORIZONTALITÉS
DANS LES TERRITOIRES RURAUX DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

RÉSUMÉ

L'article aborde le rôle de l'Éducateur Social dans les territoires ruraux couverts par la Politique d'Assistance Sociale de Vitória da Conquista-BA et analyse sa contribution au renforcement des horizontalités, à la lutte contre les inégalités sociales et à la construction de territorialités. L'objectif est de comprendre comment ses pratiques contribuent au renforcement des horizontalités dans l'espace banal. La recherche adopte une méthodologie qualitative et quantitative : application de questionnaires et réalisation d'entretiens auprès des usagers et des agents de l'Assistance Sociale, ainsi qu'une recherche bibliographique fondée sur la théorie du Territoire Usagé de Milton Santos. Les résultats soutiennent que l'Éducateur Social agit comme médiateur et articulateur de savoirs, et qu'il peut favoriser l'appartenance, l'émancipation et les résistances locales, en constituant un acteur clé pour l'intégration des politiques publiques dans le quotidien des communautés périphériques et rurales

MOTS CLÉS: Territoire Utilisé ; Horizontalités ; Éducateur Social ; Assistance Sociale.

INTRODUÇÃO

As estruturas sociais contemporâneas, baseadas na prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, resultam do desigual desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, determinadas políticas estatais surgem como reguladoras das complexidades e contradições sociais geradas pelo modelo de produção vigente. Ganhando destaque a política de Assistência Social brasileira, cujas origens remontam às práticas de caridade e ao assistencialismo religioso. Ao longo da história do Brasil, essa forma de assistência evolui até se consolidar como uma política oficial do Estado.

A Assistência Social como política de Estado é muito jovem e, portanto, há muitas questões ainda não amadurecidas. Apesar disso, nas últimas duas décadas as diretrizes da Assistência Social têm caminhado no sentido de inserir-se no cotidiano das famílias usuárias dos serviços socioassistenciais. Os Serviços De Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV são a efetivação material de uma dessas ações. Os profissionais que atuam diretamente com os usuários, nas localidades, no seio intrafamiliar e no cotidiano das famílias são os técnicos de referência de nível superior, preferencialmente: Assistente Social ou Psicólogo, e os técnicos de nível médio, como Instrutor de artes e o Educador Social.

Na centralidade do que propõe a discussão está o Educador Social, comumente inserido nos territórios atendidos pela Assistência Social. A atuação do Educador Social está tanto no

campo da educação formal quanto informal e sua prática pressupõe conhecimentos pedagógicos e habilidade com projetos socioassistenciais.

Grande parte dos Educadores Sociais, do Brasil, atuam no Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Na política de Assistência Social há vários segmentos com diferentes funções que podem ser exercidas pelo Educador Social. Suas premissas são pautadas pela Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social a NOB SUAS/2004 que determina que estes profissionais devem exercer ações de educação e mediação no campo dos direitos humanos, da justiça social e do exercício da cidadania.

Nas periferias, favelas, comunidades quilombolas e povoados rurais em geral está a materialização da fome, do trabalho infantil, da luta de gênero, luta pelo direito ao trabalho e à cidade, da segregação e sobretudo de controle por instituições diversas. Nesses territórios, em escala local, estão inseridos os profissionais da Assistência Social, em especial, o Educador Social que atua de forma intimista na vida cotidiana dos territórios. Dessa forma é exigido, do profissional, uma noção dos significados sobre os conceitos que envolvem as relações íntimas cotidianas como vetor de aproximação do território a ser trabalhado.

O Educador Social tem se tornado cada vez mais importante no campo do desenvolvimento humano e social por meio das políticas públicas. Ao longo do tempo, as suas práticas profissionais evoluíram em resposta às mudanças sociais. Hoje a profissão abrange diversos contextos e se dedica a vários grupos alvos diferentes, especialmente de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entre os papéis do Educador Social está o de criar estratégias participativas e dialógicas e atuar como mediador entre os serviços oferecidos e as reais demandas das comunidades.

Nos últimos 10 anos, a regulamentação da profissão do Educador Social tem sido pautada em vários espaços da luta dos trabalhadores do SUAS e de segmentos da Política de Educação. Tal profissão é considerada essencial para o desenvolvimento de horizontalidades nos lugares de vivência das populações vulnerabilizadas. No entanto ainda existem muitos entraves que subalternizam o fazer do Educador Social e por isso, deve-se questionar as perspectivas e caminhos para buscar qual seria o melhor aproveitamento dos seus saberes.

Nesse sentido, analisa-se como os Educadores Sociais, atuantes no Centro de Referência em Assistência Social-CRAS rural, participam da construção das horizontalidades no território Usado. Para isso, examina-se os significados da categoria Território nas diretrizes da

Assistência Social brasileira; busca-se compreender a importância do Educador Social na criação de territorialidades da Assistência Social e discute-se as contribuições do Educador Social para a criação de horizontalidades, através de sua atuação nos SCFV da zona rural de Vitória da Conquista-BA.

A maior parte das entrevistas e dados deste trabalho foi constituída no processo de elaboração da dissertação de mestrado intitulada: O Território Usado e a Política de Assistência Social: um estudo sobre a Proteção Social Básica nas comunidades rurais de Vitória da Conquista-Ba. Através desta, aplicou-se questionários aos usuários e servidores do CRAS rural de Vitória da Conquista. Alguns dos resultados obtidos com o processo de aplicação dos questionários e entrevistas estão presentes na metodologia deste artigo. Além disso, na elaboração do trabalho, foram realizadas pesquisas sobre as principais diretrizes da Política de Assistência Social e uma análise da vivência do Educador Social dentro dos espaços de atuação. A metodologia baseia-se em pesquisa qualitativa e dados quantitativos: trabalho de campo, entrevistas, gráficos e mapas. Espera-se contribuir para o entendimento das novas ruralidades, desigualdades territoriais e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades do espaço rural atual. A pesquisa pretende ainda reforçar a necessidade de uma abordagem territorial voltada à justiça socioespacial, à valorização das culturas locais e ao fortalecimento das resistências diante das dinâmicas impostas pela racionalidade do capital.

A pesquisa bibliográfica compõe a metodologia central do trabalho e o referencial teórico ancora-se na concepção de Território Usado de Milton Santos, que entende território como resultado da ação de múltiplas relações e sistemas de ações locais que se interconectam com as dimensões globais. Essa base dialoga com as categorias de lugar e cotidiano, discutidas por Lefebvre (1981) e Carlos (2001), que permitem analisar a vida diária como expressão das dinâmicas territoriais, corporais e sociais. Autores como Koga (2008) e Souza (2019) complementam essa perspectiva, ao enfatizar a relação entre Assistência Social, justiça socioespacial e resistências locais. Assim, a análise articula geografia crítica e política social ao interpretar a atuação do Educador Social como prática de territorialização planejada, capaz de criar vínculos, promover pertencimento e ampliar as horizontalidades em espaços periféricos.

TERRITÓRIO E COTIDIANO COMO CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A desigualdade social é produzida no processo de formação do território, onde as periferias, favelas e guetos são utilizados tanto como espaços de vivência quanto como objetos de especulação financeira, impactando a qualidade de vida e as liberdades dos moradores. As ausências e violências geradas por esse processo justificam a atuação da Assistência Social. O espaço periférico deve ser compreendido como um produto social de um modo de produção segregativo que cria uma “cidade ilegal”, frequentemente invisível ao planejamento urbano oficial (Maricato, 1996; 2003). Esses espaços, que se manifestam em periferias: guetos, favelas ou povoados rurais, são marcados pela ausência de infraestrutura, serviços básicos e pelo distanciamento dos direitos humanos, refletindo a reprodução das vulnerabilidades sociais e sendo objeto das práticas territoriais das classes dominantes (Corrêa, 1986, p. 73). Assim, “injustiças se intensificam nesses territórios, caracterizando-os como territórios de conflitos socioespaciais” (Rocha, 2024, p. 53).

A Política de Assistência Social no Brasil pretende dar resposta a desigualdade, pobreza e múltiplas formas de injustiça derivadas da concentração de renda e da lógica de acumulação capitalista. Seu marco jurídico começa com a Constituição Federal de 1988 (art. 203 e 204), que a reconhece como política de seguridade social não contributiva, destinada a garantir mínimos sociais, sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e incorporando dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

O território constitui-se como a base material e simbólica das ações da Assistência Social. Nele, as famílias, público-alvo dessa política, reproduzem suas vidas, enfrentam problemáticas, processos de luta e violações de direitos. Na Assistência Social “O avanço na reflexão sobre território, tendo como contexto a implantação do SUAS, inaugura um diálogo (obrigatório agora) com a geografia crítica, revelando a potência da noção de território - que ademais concretiza a relação tempo x espaço x sujeito - desde a lógica da produção social do espaço” (Brasil, 2014, p. 200).

A Política Nacional de Assistência Social- PNAS (Brasil, 2004) define-se a partir de uma perspectiva sócio territorial, tomando os mais de 5.500 municípios como referência de

análise e intervindo de forma capilarizada nos territórios, o que exige reconhecer a dinâmica cotidiana das populações e suas especificidades. Nesse sentido a PNAS estabelece que:

Ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (Brasil 2004, p.16).

A PNAS e a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (BRASIL, 2005) definem o território como base material das ações, orientando que os serviços socioassistenciais estejam localizados em áreas de vulnerabilidade social, de forma a aproximar o serviço público do cotidiano da população. Para a PNAS “a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. relaciona-se às pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental” (Brasil, 2004, p.15). Nos municípios, os equipamentos da Assistência Social costumam localizar-se nos principais territórios considerados áreas de vulnerabilidade social. “Nessa perspectiva é que se insere o território como um elemento essencial para se pensar a efetivação do acesso à proteção social {...} como por exemplo, os CRAS nos territórios. Isso possibilita a proximidade do poder público nesses lugares” (Koga, 2010, p.77). Essa dimensão do território é reconhecida como fundamental na formulação e implementação da política de Assistência Social.

Os desafios para compreender os territórios atendidos pela Assistência Social têm aumentado diante da crise política e social no Brasil, que intensifica a extrema pobreza. Nesse contexto, o território torna-se fundamental para entender essa realidade complexa. Koga (2010) entende o “território como elemento essencial” na efetivação da proteção social, tendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como equipamentos estratégicos.

O conceito de Território Usado, destaca-se ao mostrar o território como fruto das práticas e apropriações das pessoas que nele vivem e o transformam, assim, o território pode ser ao mesmo tempo abrigo e recurso, condicionando ações práticas e permitindo “vocações generosas” (Santos, 2006, p. 192). Assim, existem forças centrípetas, que promovem horizontalização, e forças centrífugas, que impulsionam a verticalização (Santos, 2006, p. 192).

Santos (2001) afirma que as verticalidades configuram um espaço de fluxos marcado pela predominância dos interesses corporativos sobre os públicos.

Koga (2003) entende que o uso do território pelos sujeitos e a relação entre território e população revela uma indivisibilidade fecunda, evidenciada pela dinâmica intensa das populações nos espaços que ocupam. “A relação inseparável entre território e sujeito possibilita uma visão aprofundada da dinâmica do cotidiano vivido, reconhecendo que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço social e simbólico construído pelas práticas humanas” (Koga, 2003, p. 35).

A Política de Assistência Social tem como base a matrionalidade sociofamiliar, na qual a família é a menor e mais importante parte da escala territorial. O cotidiano familiar se constrói na escala local, resultado de interações internas e externas. Como afirma Milton Santos (1985), “quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele” (Santos, 1985, p. 3). Assim, mesmo em espaços restritos, as dinâmicas globais e o meio técnico-científico-informacional influenciam o cotidiano.

Lefebvre (1991) ressalta que situar o cotidiano no global significa reconhecer que os fatos aparentemente insignificantes guardam algo essencial, capaz de revelar a totalidade social. Desse modo, o conceito de cotidiano torna-se “o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano no global” (Lefebvre, 1991, p. 35). Deve-se considerar, também, que a dinâmica do vivido acontece no lugar, consequentemente o cotidiano é a expressão desse vivido, que está dialeticamente ligado ao mundial, ao uso do território e ao espaço globalizado.

Já de acordo com Carlos (2001) “a análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas” (Carlos, 2001, p. 29-30). A autora entende que atividades como relações de vizinhança, compras, caminhadas, encontros, jogos e brincadeiras, assim como os percursos do dia a dia, formam laços de identidade entre habitante-habitante e habitante-lugar. Esses gestos, embora simples, são marcados pela presença e tornam o cotidiano um espaço real, palpável e concreto.

Lefebvre (1991) afirma que o cotidiano é onde o homem realmente cria e estabelece valores, sentimentos, onde nascem as ideias, ideologias e costumes. A apropriação do cotidiano se dá pelo corpo, uma vez que o espaço passa a ser também vivido corporalmente: pelos movimentos, pelos sentidos e pelas práticas cotidianas que envolvem presença física. Para ele, o olhar que organiza a experiência espacial não mais deve ser definido “somente de maneira

ótica, geométrica e quantitativa". Ele se torna ou incorpora o espaço carnal, ocupado pelo(s) corpo(s) (Lefebvre, 1981, p. 102)

De acordo com Koga (2013) o território de vivência aproxima-se, nesse caso, da dimensão do lugar denominada por Milton Santos. Esse último entende que “um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições-cooperação e conflito são a base da vida em comum” (Santos, 1999, p. 201).

O lugar no mundo pode ser compreendido pela relação entre o espaço e o Território Usado, construído nas relações cotidianas. Para Santos (1985), é no lugar que se revela a complexidade das determinações internas e externas, mesmo em pequenas escalas. Destacam-se as ideias de território como abrigo e território como recurso, que diferenciam o espaço banal, ligado à vida cotidiana, das redes de fluxos dominadas por interesses corporativos (Santos, 2001; 2006). Segundo Souza (2019), no espaço banal coexistem horizontalidades, “zonas de contiguidade” que fortalecem solidariedades locais e verticalidades, ligadas às forças hegemônicas. nesse sentido o autor considera que horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. “Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (Santos, 1999, p. 193).

Nos espaços dos fluxos, o controle do território é imposto por atores dominantes, já no espaço banal, se revitaliza a prática da política e da cotidianidade. Nesse último, em meio aos conflitos, acordos e da política, se estabelecem formas de manutenção da vida no lugar. Nesse contexto, o território comporta uma dimensão emocional, tornando-se um lugar de abrigo.

A construção das horizontalidades fortalece o espaço banal e as resistências à homogeneização imposta pelo espaço econômico, uma vez que “as horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas” (Santos, 2001, p. 53). Essas horizontalidades expressam a produção interdependente entre agentes em proximidade, revelando uma solidariedade orgânica que emerge do espaço geográfico, no qual atividades e relações são continuamente alimentadas pelas condições locais, indicando que “a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente (Santos, 2001, p. 55).

Concorda-se que “o território usado se refere ao lugar construído a partir da luta travada por seus moradores; que território é o lugar onde se expressa a vida, a cultura, a organização social, a convivência; e, ainda, que uma abordagem territorial requer a compreensão de se pensar globalmente e agir localmente” (Andrade, 2012, p. 154). Nesse contexto, as horizontalidades podem ser fortalecidas por grupos e lideranças que incentivem a cidadania e os processos de luta nos lugares.

A assistência Social como política de Estado, pretende ser uma das forças centrípetas presentes nos territórios assim como cada elemento que a produz e fortalece suas territorialidades. Essa, para além de oferecer benefícios sociais na forma de complementação de renda, é capaz de criar espaços que potencializam a política nos lugares. Através de um conjunto de normativas e leis o Estado produz uma política que visa fortalecer as resistências do lugar, contraditoriamente, sem romper com as ideologias dominantes.

O EDUCADOR SOCIAL NOS CRAS: TERRITORIALIDADES, COTIDIANO E DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os CRAS, fazem parte do Sistema único de Assistência Social-SUAS, e têm a responsabilidade da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), do SCFV e de fazer gestão territorial e trabalho na rede socioassistencial de Proteção Social Básica. Através desse órgão é possível afirmar que há intervenção direta do Estado no Espaço banal, pois este se constitui como parte dos territórios aos quais atua.

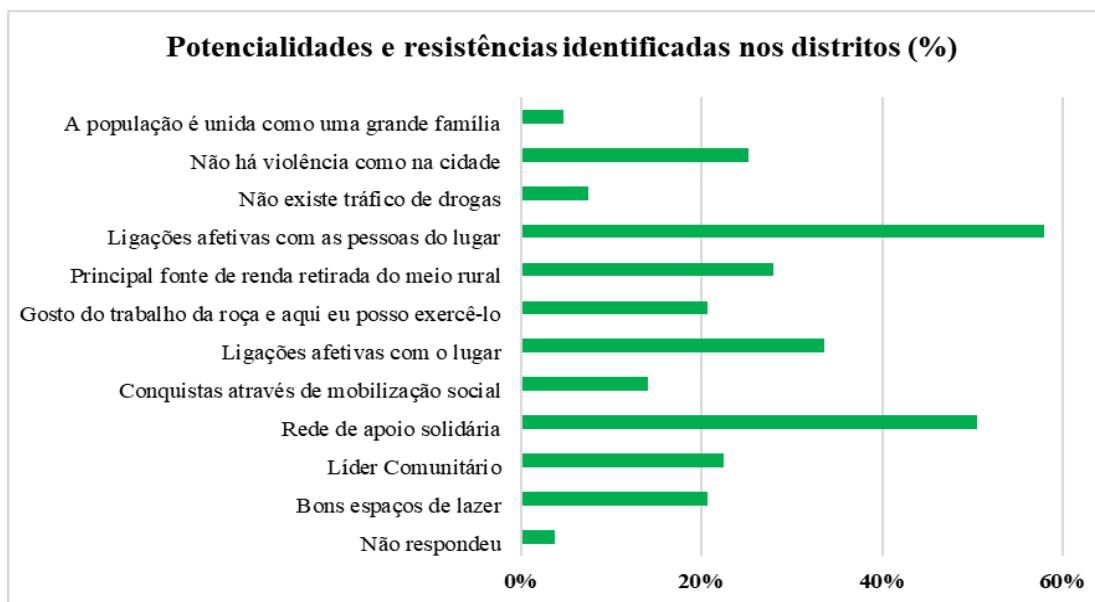
O perfil das famílias atendidas é diversificado, dando prioridade àquelas com baixo poder aquisitivo. Além da renda, o MDS (Brasil, 2016) aponta que a desproteção social afeta, de forma mais intensa, grupos com características “socialmente desvalorizadas, e discriminadas de forma negativa (deficiência, etnia, religião, orientação sexual, situação civil, etc.), agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos” (Brasil, 2016, p. 9).

Segundo a PNAS (2004), o reconhecimento dessas características deverá ser feito por meio de um diagnóstico socioterritorial, conduzido pelo poder público municipal e pelos profissionais responsáveis pela oferta dos equipamentos de Assistência Social. As ações dos CRAS afetam diretamente o cotidiano desses territórios, sendo o (SCFV) um dos principais instrumentos de intervenção. Esse serviço é operacionalizado pelos técnicos de referência:

Psicólogos, Assistentes Sociais e pelos Educadores Sociais, que atuam junto a famílias de bairros, distritos e povoados, desenvolvendo atividades e serviços voltados à superação de situações de risco social. Nesse sentido “o SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. (Brasil, 2016, p. 8).

O SCFV atende prioritariamente crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência e cria um espaço socioeducativo voltado à prevenção de riscos sociais, à valorização do território vivido, à convivência comunitária e ao intercâmbio cultural. Nesse serviço, o Educador Social assume papel estratégico como mediador e articulador de saberes e práticas, enquanto atua em sintonia com as dinâmicas sociais e territoriais ao promover formas de resistência, convivência e transformação social no espaço banal. O gráfico 1 é resultado de questionário aplicado nos territórios rurais e revela alguns fatores de “contiguidade” Santos (1999) das quais os Educadores Sociais lançam mão na hora de construir o mapeamento das demandas e as estratégias de atuação.

Gráfico 1 - Potencialidades e resistências por permanência no território



Fonte: Rocha R.D.S 2022

No espaço banal, marcado por vivências, relações e pequenos gestos cotidianos, que se constroem laços de solidariedade e cooperação, fortalecendo o tecido social. Na perspectiva de Carlos (2001) a vida cotidiana se desenvolve no uso do espaço imediato, onde as relações mais finas produzem identidades e vínculos por meio de pequenos gestos diários. Segundo a autora, “as relações de vizinhança, os encontros e percursos reconhecidos na prática diária configuram formas concretas de presença que criam vínculos entre habitante–habitante e habitante–lugar” (Carlos 2001, p. 29).

Nesse cenário, o Educador Social, a partir de uma perspectiva fundamentada na educação popular, assume o papel de facilitador das trocas sociais, criando espaços de diálogo e reconhecimento mútuo, ao mesmo tempo em que estimula processos de organização coletiva e resistência às desigualdades estruturais e aos conflitos cotidianos. Na Política de Assistência Social, os objetivos e práticas do Educador Social devem estar fundamentados em estudos territoriais e em formação profissional contínua. A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) defende que a complexidade do trabalho desse profissional exige formação acadêmica baseada em conhecimentos pedagógicos e científicos. Atualmente, a exigência mínima para atuação na área é o ensino médio, o que, segundo a AEPPA, não atende mais às demandas da realidade dos territórios vulneráveis, que exigem intervenções qualificadas e fundamentadas em saberes teóricos e práticos.

Esse debate se intensifica com a tramitação do Projeto de Lei nº 2941/2019, ao propor a regulamentação da profissão e a exigência de formação superior para Educadores Sociais. De acordo com Freire (1994, p. 131), a prática educativa deve sempre ir além de si mesma, perseguindo objetivos, metas e sonhos, o que reforça a necessidade de uma formação sólida que permita ao Educador Social atuar como agente de transformação social, capaz de compreender e intervir na complexidade dos territórios e das relações humanas que os constituem. O autor entende que é dever do educador e da educadora ensinar o que lhe parece fundamental ao tempo e ao espaço em que se acha, mas não é possível restringir todas as interpretações à própria verdade ou julgamento. Nesse caso, a formação dará subsídio para atuação profissional uma vez que a formação insuficiente tem gerado vários conflitos nos espaços de atuação do Educador Social.

É comum que muitos profissionais confundam os espaços da Assistência Social com os espaços da Educação Formal escolar. Muitas vezes a lógica conteudista e atividades

fundamentadas no funcionalismo-positivista ajudam a potencializar preconceitos. É consenso entre vários estudiosos da área, como Torres (2016), que essa lógica precisa ser extirpada e isso não deve acontecer sem a participação consciente dos profissionais que atuam no “chão” das políticas sociais. Para a autora, Educador Social precisa estar “capacitado para trabalhar junto com os sujeitos da Educação Social para além da especificidade técnica que este educador pode ter, transitando e conhecendo os saberes pertinentes à promoção cultural do sujeito”. Isto implica em extrapolar, por exemplo, técnicas de jogos e brincadeiras, capoeira, esportes em geral, artes” (Souza et al., 2014, p. 84).

A atuação do Educador Social pressupõem leituras da Psicologia, Sociologia, Geografia, saúde, justiça, legislação e direitos humanos, dentre outras. Estas competências combinadas enriquecem a compreensão do contexto social e psicossocial e fornecem uma base sólida para abordar questões interdisciplinares de forma integral. Dessa forma é que o profissional tende a se tornar um potencial na construção de horizontalidades territoriais.

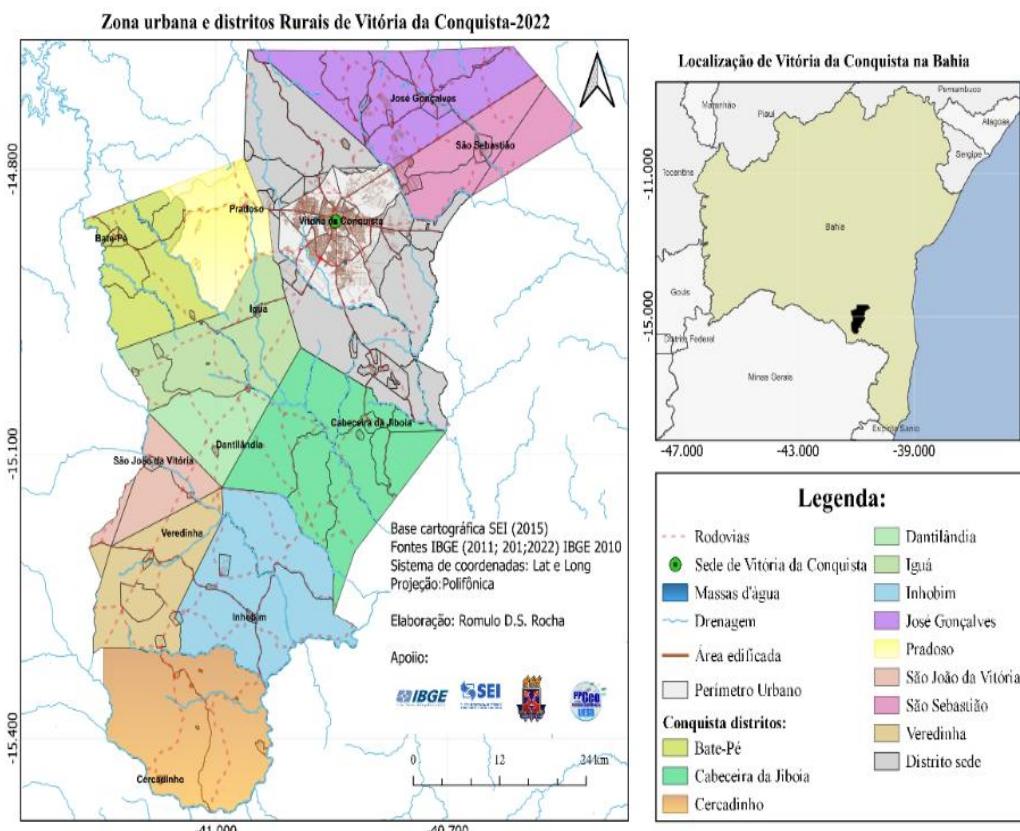
SCFV RURAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: PRÁTICAS EDUCATIVAS, HORIZONTALIDADES E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

Na abordagem do tema faz-se necessário reafirmar que a pesquisa tem como lócus a zona rural do município de Vitória da Conquista, localizado no sudoeste da Bahia, terceiro mais populoso do estado, com grande relevância econômica, social e cultural para a região. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), Vitória da Conquista possui área territorial de aproximadamente 3.254 km² e população estimada em 394 mil habitantes, dos quais cerca de 41 mil (11%) vivem em áreas rurais.

Embora seja reconhecida por seu polo urbano dinâmico, a realidade dos povoados, assentamentos e comunidades rurais que compõem seu território revela muitas desigualdades, tanto no acesso a serviços públicos quanto nas condições de vida da população. O município possui 11 distritos rurais e mais de 300 povoados espalhados por uma área de mais de 3.170 km² caracterizados por pequenas propriedades agrícolas, povoados dispersos e áreas de uso múltiplo, onde predominam atividades agropecuárias de subsistência e de pequena escala, muitas vezes vulneráveis às variações climáticas e à escassez de infraestrutura. Essa dispersão

territorial, somada à fragilidade das redes de transporte e comunicação, dificulta o acesso da população rural a direitos básicos como saúde, educação, saneamento e Assistência Social.

Mapa 1- Divisão Territorial de Vitória da Conquista - BA, 2022

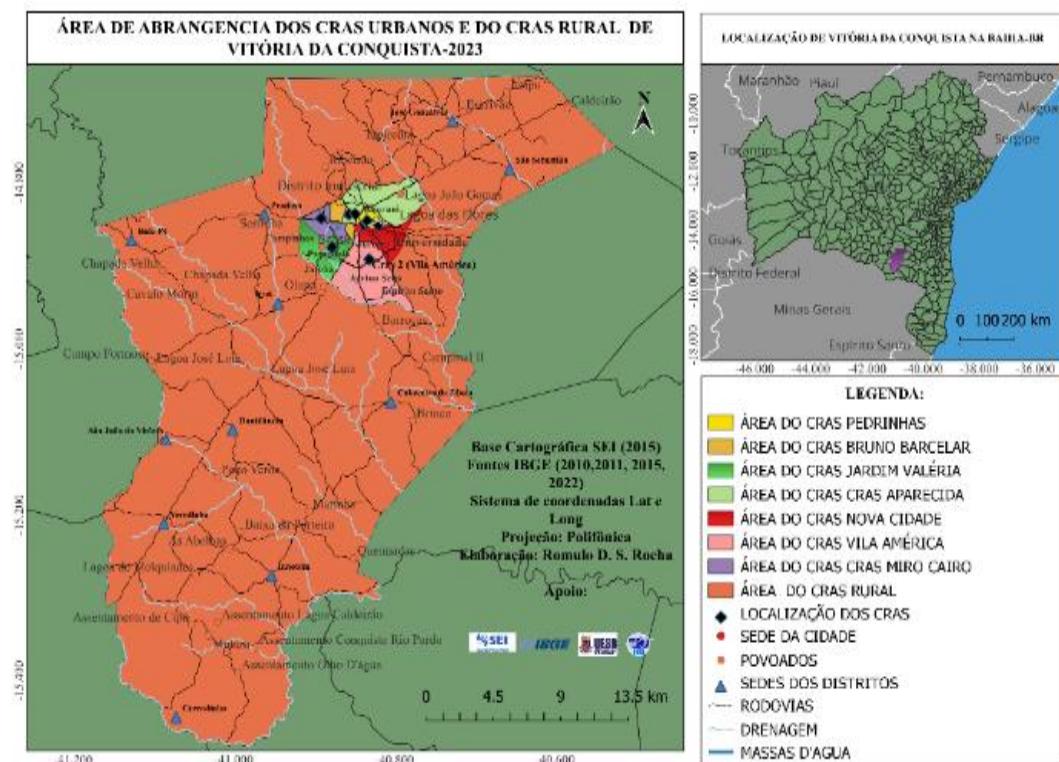


Fonte: Rômulo D S Rocha-2022

Nesse cenário, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de forma planejada, estabelece a centralidade da Proteção Social Básica (PSB), implementada no município por meio dos CRAS. O CRAS Rural de Vitória da Conquista, criado em 2013, atende territórios historicamente negligenciados, tendo como uma das principais estratégias, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo esse último o lugar de atuação do Educador Social do CRAS Rural.

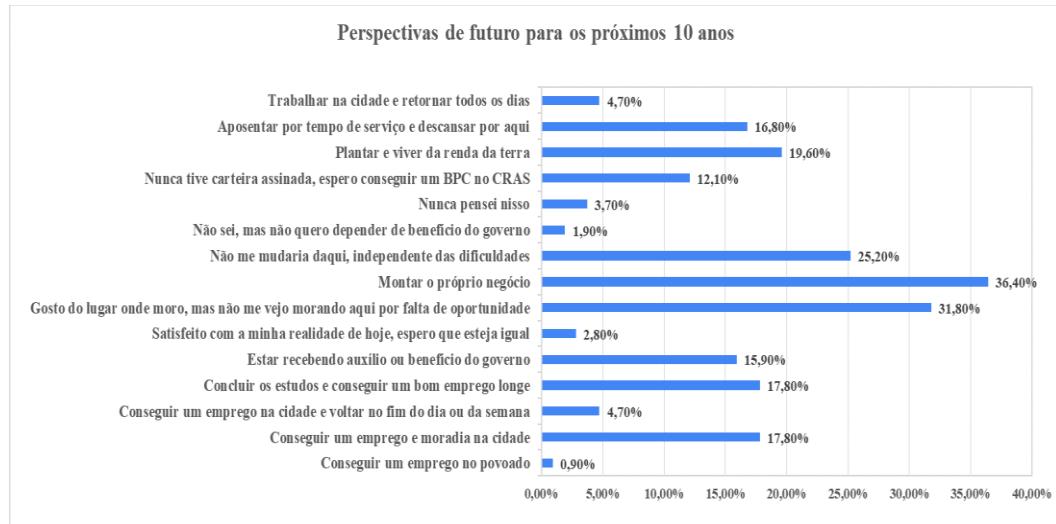
O Cras Rural é responsável por todo território rural do município e os profissionais da unidade estão divididos entre os que atuam na sede do CRAS e os que estão lotados nos SCFV presentes nos povoados. A abrangência do CRAS rural pode ser visualizada no mapa 2.

Mapa 2 - Localização e abrangência dos CRAS em Vitória da Conquista – BA, 2023



Fonte: Rômulo D S Rocha-2023

Os sujeitos da pesquisa são Educadores Sociais, usuários dos SCFV e profissionais do CRAS Rural, atuantes em povoados como Bate Pé, Inhobim, Caiçara, Baixão (quilombola), São Sebastião, José Gonçalves e Itapirema. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses profissionais e questionários com usuários de diferentes vilas rurais, a fim de captar percepções, demandas, dificuldades e efeitos da participação nos grupos de convivência. No total, aplicaram-se 107 questionários em cerca de 40 povoados, que revelaram diferentes perspectivas e resistências das populações locais como os observados no gráfico 02.

Gráfico 2 - Perspectivas de futuro das populações

Fonte: Rocha R.D.S 2022

O Gráfico 2 evidencia a resistência à mudança, marcada pela permanência nos territórios de vivência. Cerca de 19,6% da amostra manifesta interesse em atividades agrícolas, preservando vínculos com a cultura rural, enquanto aproximadamente um quarto afirma que não se mudaria, independentemente das dificuldades. Ao lidar com conflitos, frustrações e limites pessoais, as populações também percebem a necessidade de resistências por permanência em um território em constante mudança. Como destaca Santos (2001, p. 157), “a globalização, tal como está sendo implantada, é excludente e perversa”, e, justamente por isso, os espaços locais de convivência representam focos de resistência.

Em contrapartida, um número expressivo de jovens pretende migrar do meio rural devido à falta de oportunidades de trabalho. Do total da amostra, 37,8% têm entre 18 e 29 anos, e 93% desse grupo buscam concluir os estudos e conquistar emprego na cidade. Outra parcela da população, com menores expectativas de requalificação social, tende a permanecer dependente de benefícios de transferência de renda.

Os dados também evidenciam a carência de lazer e infraestrutura nos territórios rurais, o que fortalece os SCFV como espaços de socialização e ampliação de horizontes. Entre os usuários entrevistados, 57,6% apontam os grupos de convivência como seu principal espaço de lazer e 82% afirmam que os passeios promovidos pelo serviço representam a única oportunidade de contato com a cidade. Depoimentos reforçam essa importância: Charles, do SCFV-Bate Pé, define o serviço como espaço de socialização, amizade, sonhos e recuperação

da fé (Silva, Charles 2024, informação verbal). Já Dagmar destaca que o SCFV aproximou o CRAS da comunidade e hoje “faz parte do nosso dia a dia” (Santos D, 2023, informação verbal), consolidando-o como instrumento estratégico de articulação entre política pública e os povoados rurais.

Wagner, que também participa de um grupo de convivência afirma que “o professor do Serviço tem um diferencial pra nós porque ensina as coisas de um jeito diferente. Os assuntos tratados é sobre nós. Nós que é deficiente, se sente bem em saber que faz parte de alguma coisa e que tem valor em algum lugar” (Wagner, 2023, informação verbal). O usuário acredita que a convivência no SCFV promoverá a ampliação das suas capacidades de escolha, participação e acesso a direitos e que isso reflete, nele, a ampliação de liberdades conforme estabelece Sen (1999).

Ao inserir-se no cotidiano das comunidades rurais, o Educador assume o papel de criar lugares de pertencimento e, ao mesmo tempo, fomentar reflexão crítica e participação popular, transformando os SCFV em “espaço do acontecer solidário, o teatro insubstituível das paixões humanas” (Santos, 2001, p. 338). A Educadora, Érica, complementa que “Os SCFV estimulam a convivência social fora do perigoso mundo das redes. Apesar de todas as lacunas, a gente têm construído várias competências novas na infância e juventude que a escola não tem dado conta. Se tudo funcionasse direitinho contribuiria para o conhecimento e formação de atitudes e valores que vão ficar para vida toda” (França, Érica, 2023, informação verbal). A imersão cotidiana da Educadora, no território, permite-lhe identificar as dinâmicas socioculturais, as redes de solidariedade e os constrangimentos estruturais que marcam o Território Usado, haja vista que o seu trabalho se conecta com a formulação de estratégias educativas alinhadas às especificidades locais. Complementando a última, a Educadora J. Novaes afirma que “Nos Serviços de Convivência do Cras rural, diferentemente da escola, não é obrigatório um currículo de ensino, um conteúdo ou avaliações, tampouco a participação é obrigatória, acho que é por isso que turma faz questão de não faltar” (Novaes, J, 2023, informação verbal).

A Educadora que atua no povoado de São A Sebastião, defende práticas fundamentadas na pedagogia social. Para ela a ação educativa no seu local de atuação tem potencial transformador. Dessa maneira, “o que mantém um usuário cativo de um grupo de convivência

são as afetividades e as territorialidades que esse constrói através das vivências” (Ferreira Saulo, S., 2024, informação verbal).

Na perspectiva dos SCFV rurais “o espaço é sempre o lugar de uma práxis” (Santos, 1978, p. 155) inseparável das práticas cotidianas que o ressignificam. Assim é o SCFV, onde crianças e adolescentes costumam enxergá-lo como um espaço de diversão, os jovens como um espaço de trocas e experiências para enfrentar as adversidades e incertezas do futuro, os adultos e idosos como espaço de reencontro e desligamento da rotina e a troca de ideias sobre a realidade política e social.

O trabalho do Educador nesses lugares se apoia na produção de pertencimento, solidariedade e emancipação social e diferentes experiências evidenciam uma diversidade de intervenções que buscam esses resultados: no SCFV de Bate Pé, por exemplo, há projetos que associam arte e esporte à inserção social, estimulando adolescentes a se apropriarem dos equipamentos públicos da cidade ou planejarem o ingresso no ensino superior, uma vez que essas possibilidades são raras entre os participantes dos grupos.

Em outros territórios como Caiçara e São Sebastião os grupos femininos organizados nos SCFV representam a luta por emancipação e pela superação da violência de gênero, enquanto no povoado de Baixão as práticas culturais de ancestralidade, representados pelos, ternos de reis, samba de roda e músicas religiosas de matriz africana, são resgatadas e fortalecidas como enfrentamento contra o racismo e a mercantilização da cultura.

Em Itapirema, o trabalho junto aos imigrantes refugiadas, indígenas, oriundas da Venezuela, que hoje vivem no povoado, tem se mostrado desafiador, pois, embora haja esforços para promover a integração social e desconstruir práticas xenofóbicas, ainda persistem preconceitos tanto entre a comunidade local quanto, em alguns casos, vindo de servidores públicos da Assistência Social. Essa realidade reforça as contradições apontadas por Koga (2013, p. 33), ao lembrar que, apesar dos avanços da Política de Assistência Social, permanece o legado de uma perspectiva homogeneizadora e desconectada dos territórios.

A Arte Educadora, Nívia, evidencia os desafios de integração das famílias Warao. Ela ressalta que, no SCFV, “quando resgatamos seus costumes e falamos o que gostavam de fazer lá no seu território, saímos do lugar de colonizadores [...] para valorizar e aprender com eles” (Vargens, Nívia, informação verbal, 2024). Aliúd, outro Arte Educador, entende que a xenofobia e o preconceito aparecem principalmente na disputa por recursos e na falta de

conhecimento sobre a cultura warao, o que acaba por “produzir a falsa ideia de que alguns problemas de Itapirema são originados pela presença Warao” (Almeida, Aliúd, 2024, informação verbal). Essa percepção se relaciona a de Santos (1999) ao reconhecer que o território é lugar de disputas simbólicas e políticas em que diferentes formas de poder se manifestam.

Uma das principais estratégias apontadas por Aliúd é o protagonismo dos usuários na produção das atividades. Ele cita como exemplo a criação de um cineclube mensal, no qual a curadoria é compartilhada entre os Educadores e os participantes e geram pequenas “zonas da contiguidade que formam extensões contínuas” (Santos, 2001, p. 108). Para além da atividade cultural, trata-se de um exercício de autogestão e de construção coletiva pois “nossa papel não é apenas facilitar oficinas, mas garantir que a arte seja vivida como direito e não como obrigação. O SCFV nos convida a promover experiências que ampliem horizontes, estimulem talentos e fortaleçam vínculos, mas isso deve acontecer com respeito à liberdade criativa” (Vargens, Nívia, informação verbal, 2025).

É nesse sentido que a dimensão política da prática do Educador Social aproxima-se da análise de Santos que interpreta o espaço como “um quadro de vida, o espaço de todos os homens” (Santos, 1985, p. 23). A atuação profissional nos SCFV deve ser entendida como parte desse quadro, pois traduz tanto os limites quanto às possibilidades de construção coletiva. A consciência dessa inserção é fundamental, já que, conforme Santos (1985, p. 45), “o espaço é o resultado de uma acumulação desigual de tempos”, e a vulnerabilidade presente no território é também resultado histórico de desigualdades acumuladas.

A construção das horizontalidades, mediada pelo trabalho dos Educadores Sociais, reforça que “as horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas” (Santos, 2001, p. 108). Nelas se encontram a convivência, a solidariedade e a resistência frente às imposições homogeneizadoras. Isso mostra que a ação local tem potencial de dar pequenas respostas através do “espaço do acontecer solidário” Santos (2001).

Boa parte dos Educadores Sociais são moradores das favelas, das periferias, dos territórios quilombolas e isso também dá subsídio ao seu fazer. Ao reconhecer-se nas vulnerabilidades do território, o Educador confirma ser partícipe na vida dos lugares. Assim, a

prática desse profissional ressignifica o território usado, onde a arte e a convivência produzem novas territorialidades. A valorização da diferença, a resistência às práticas discriminatórias e a construção de horizontalidades fazem desses espaços arenas de emancipação social, reafirmando que, no território, se expressam tanto as desigualdades quanto às possibilidades de transformação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre a atuação do Educador Social nos territórios rurais de Vitória da Conquista-BA evidencia a centralidade desse profissional na articulação entre a Política de Assistência Social e o cotidiano das comunidades. O estudo demonstrou que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se configuraram como espaços estratégicos de mediação, capazes de ressignificar o território como abrigo, fortalecer horizontalidades e promover resistências locais frente às desigualdades estruturais.

Os dados empíricos coletados em questionários e entrevistas reforçam que, nos contextos rurais, marcados por carência de infraestrutura, escassez de lazer e fragilidade das redes de proteção, os SCFV emergem como um espaço de socialização, pertencimento e emancipação. Para muitos usuários, esses serviços representam não apenas um local de convivência, mas ambiente um ambiente de fuga, de trocas culturais e de aproximação com políticas públicas. Tal constatação reafirma o papel da Assistência Social enquanto política de Estado que, ao atuar no espaço banal (Santos, 1999), insere-se diretamente na vida cotidiana e nas lutas sociais que se desenrolam no território.

O Educador Social aparece como protagonista nesse processo, assumindo funções que transcendem a lógica conteudista da educação escolar e sua prática, fundamentada em metodologias participativas e no diálogo com os usuários, contribui para a construção de vínculos e identidades coletivas, transformando os SCFV em arenas de resistência e de produção de novas territorialidades. Exemplos como o resgate cultural em comunidades quilombolas, a luta feminina pela superação da violência de gênero e as experiências de autogestão, como o cineclube citado, demonstram a diversidade de estratégias que, partindo do cotidiano, criam condições para ampliar horizontes e enfrentar vulnerabilidades.

Contudo, o estudo também revelou desafios importantes. Entre eles, destaca-se a formação insuficiente do Educador Social, cuja exigência mínima ainda é o ensino médio, em contraste com a complexidade das demandas enfrentadas nos territórios vulneráveis. A

tramitação do Projeto de Lei nº 2941/2019, ao propor a regulamentação da profissão e a é uma reação por uma base pedagógica, interdisciplinar e crítica que fortaleça a atuação desses profissionais.

Outro ponto relevante diz respeito às tensões do Território Usado. Como destacam Santos (1999; 2001) e Souza (2019), o espaço banal é marcado por disputas entre forças locais de solidariedade e fluxos globais hegemônicos. Isso cria contradições locais pois, de um lado há jovens que expressam o desejo de migrar em busca de melhores oportunidades; de outro, grupos que resistem e reafirmam sua permanência no território como forma de preservar identidades e modos de vida. Nessa conjuntura, o Educador Social atua como mediador, traduzindo políticas públicas em práticas cotidianas e fomentando a autonomia dos sujeitos.

Portanto, conclui-se que os SCFV rurais de Vitória da Conquista desempenham papel essencial na efetivação da Proteção Social Básica, quando integram políticas públicas às especificidades locais e fortalecerem vínculos comunitários. O Educador Social, ao vivenciar e compreender o cotidiano, se torna peça-chave na construção de horizontalidades que possibilitam resistir às forças homogeneizadoras e afirmar o território como espaço de vida, cultura e emancipação. Ainda que persistam limites estruturais, como a falta de recursos, a precarização da profissão e a ausência de políticas intersetoriais consistentes, as práticas analisadas confirmam que o trabalho desse profissional contribui significativamente para construção de um modelo educacional pautando na construção da coletividade.

Diante desse quadro, reforça-se a necessidade de investir em formação qualificada, reconhecimento institucional e ampliação dos espaços de atuação do Educador Social, de modo a consolidar sua função como agente de mediação entre o Estado e as comunidades. Essa valorização é condição fundamental para que as políticas públicas de Assistência Social avancem no sentido da justiça socioespacial, da equidade e da promoção de cidadania plena nos territórios rurais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. A.; KOGA, D. H. U. **A interlocução do território na agenda das políticas sociais.** Serviço Social & Saúde (UNICAMP), v. IX, p. 69-82, 2010.
ANDRADE, Iraci. **Território e assistência social: uma análise do serviço social a partir da produção social do espaço.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós- -

Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome :Assistência Social e territorialidades.** Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacita Suas SUAS: configurando os eixos de mudança.** Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

CARLOS, Ana. Fani.A. **Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo, EDUSP, 1996.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1986.

DAMIANI, Amelia Luisa . O lugar e a produção do cotidiano. Encontro Internacional Lugar, formação sócio-espacial, mundo. Mesa redonda 1994. (Encontro).

FERREIRA PEDRO, S. **Entrevista concedida pelo servidor.** Vitória da Conquista, 2024. Informação verbal.

FRANÇA, Érica. **Entrevista concedida pela servidora,** Informação verbal, Vitória da Conquista, 2023.

Freire, P. (1994). **Pedagogia da esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra

KOGA, D. H. U. . **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais.** Serviço Social em Revista (Online) , v. 16, p. 30-42, 2013

KOGA, Dirce. **Vulnerabilidade e proteção social básica na agenda do CRAS.** In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. CRAS: marcos legais. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 2010. v. 1.

KOGA. D. **A dimensão territorial no processo de construção do conhecimento e da realidade social nas áreas mais vulneráveis da metrópole.** Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2008.

LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne III.** Paris: L'Arche, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

MÁXIMO, S. **Entrevista concedida pela servidora.** Informação verbal, Vitória da Conquista, 2023.

NASCIMENTO, **Entrevista concedida pela servidora.** Informação verbal, Vitória da Conquista, 2023

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2003.

NOVAES, Jacineide. **Entrevista concedida pela servidora.** Vitória da Conquista, 2023. Informação verbal.

ROCHA, R. D. S. **O território Usado e a Política de Assistência Social: Um Estudo Sobre a Proteção Social Básica Nas Comunidades Rurais de Vitória da Conquista-ba.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024.

SANTOS, Dagmar. **Entrevista concedida pela mãe de usuário do SCFV.** Vitória da Conquista, 2023. Informação verbal.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização – Do pensamento único à consciência universal.** 6ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção.** 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 384 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** Nobel, São Paulo, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** New York: Oxford University Press, 1999.

SILVA, Roberto. **Entrevista concedida por ex usuário do SCFV.** Vitória da Conquista, 2024. Informação verbal.

SOUZA, M. A. A. de. **Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal.** Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades. V. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019.

VARGENS.NÍVIA. **Entrevista concedida pela servidora.** Informação verbal. Vitória da Conquista-BA, 2025.